

“MÃES DE BONITO”:

A busca coletiva por um parto seguro e respeitoso e um nascimento digno e acolhedor.

Autora: Thaís Roque Sagin Lazzaroto

Em 2013, a Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, cuja diretora à época era a defensora pública Patricia Cozzolino, realizou seu primeiro evento na temática do enfrentamento à violência obstétrica denominado “*Diálogos Interdisciplinares: Parto Humanizado x Violência Obstétrica*” na cidade de Campo Grande.

Ao longo dos últimos cinco anos, o evento foi realizado em outras cinco cidades do interior do Estado, sempre marcado pela interdisciplinaridade e apresentado sob o viés jurídico, médico e de saúde pública.

Consciente da relevância do tema, o Núcleo de Ações Estratégicas da Defensoria Pública, à época coordenado pelo Defensor Público Fábio Rogério Rombi, elaborou ofício requisitando informações acerca do atendimento na gestação, parto e pós parto, no qual questionava, por exemplo, implementação de boas práticas, número de partos normais e cesáreas, o número de episiotomias e o cumprimento da Lei do Acompanhante. O modelo do ofício foi encaminhado a todos os Defensores Públicos do Estado para que fossem expedidos aos gestores locais.

Em 21 de agosto de 2015, a defensora pública Thaís Sagin encaminhou referido ofício aos gestores do sistema público de saúde da cidade de Bonito/MS.

Na resposta encaminhada pelo diretor do Hospital darci João Bigaton, o único da cidade, chamou atenção o número de cesareanas realizadas nos últimos doze meses (no período de setembro de 2014 a agosto de 2015): de 502 partos, 344 haviam sido

realizados pela via cesarea e 158 via vaginal, o que representava um índice de 68,52% de cesareanas e 31,47% de partos vaginais. Também chamou atenção o número de episiotomias: em 34,81% dos partos vaginais a episiotomia foi utilizada. As taxas de cirurgias cesareanas e episotomia se mostravam muito superiores do que aquelas preconizadas pela Organização Mundial de Saúde.

Diante dos números apresentados pela unidade hospitalar local, a defensora pública Thaís Sagin entendeu pela necessidade de trabalhar a temática na cidade de Bonito/MS, razão pela qual solicitou à Escola Superior da Defensoria Pública a realização do evento na comarca.

Em 05 de maio de 2017, o evento foi realizado no Município de Bonito e contou com as palestras da Gerente Técnica da Rede Cegonha da Secretaria Estadual de Saúde Angela Rios, do médico obstetra Wilson Ayach e do defensor público Fábio Rogério Rombi.

O público do evento era composto pelos servidores públicos da saúde, tanto da atenção básica quanto do hospital local (enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, médicos obstetras), servidores públicos ligados a assistência social (CRAS e CREAS), Conselheiras Tutelares e população em geral.

As informações trazidas pelos palestrantes foram de extrema relevância, no que diz respeito aos direitos das mulheres no momento da gestação, parto e pós parto, no entanto, não se observou presença significativa de usuárias do sistema de saúde, seja público ou privado.

Tal fato fez com que a Defensoria Pública se mobilizasse juntamente com a sociedade civil com a finalidade de replicar aquelas informações e leva-las até as pessoas mais interessadas: as mulheres.

Imbuídas deste sentimento, em maio de 2017, a defensora pública Thaís Sagin, a psicóloga Liliam Ferrarezi e a contadora de histórias Fernanda Reverdito fundaram o coletivo “Mães de Bonito”.

Inicialmente, o coletivo se traduzia como um grupo de apoio à gestação e à maternidade, que tinha por missão levar informação de qualidade às gestantes que realizavam o pré natal pelo SUS, sobretudo, no que diz respeito a obrigatoriedade do atendimento humanizado, pautado em evidências científicas e voltado para o protagonismo da mulher.

Em 24 de maio de 2017, o coletivo iniciou seus trabalhos, realizando a primeira roda de conversa com as gestantes, no ESF Vila Donária.

Nesse mesmo ano, foram realizadas 14 rodas de conversa, sempre durante o atendimento de pré natal regular, no posto de saúde, de forma a facilitar a participação das gestantes nas rodas.

Os assuntos abordados nestas rodas foram: lei do acompanhante, direitos reprodutivos, plano de parto, parto normal x cesarea, protocolos da Rede Cegonha, relatos de parto (feitos por mulheres e por homens) e as boas práticas recomendadas pela OMS (não utilização da episiotomia e ocitocina sintética de forma rotineira, eliminação da obrigatoriedade da posição de litotomia, eliminação da manobra de kriesteller, dentre outras). Encerramos os encontros com a mostra do filme Renascimento do Parto em dezembro de 2017.

Durante as rodas de conversa com as gestantes, o coletivo foi informado pelas mulheres que o hospital não cumpria a Lei do Acompanhante.

Para solucionar esta questão, o coletivo, por intermédio da Defensoria Pública, marcou uma reunião com a direção do hospital para tratar do tema, além de questionar o alto índice de cirurgias cesareanas e cobrar a adoção de boas práticas no momento do parto.

A primeira reunião foi realizada com o hospital no dia 13 de junho de 2017 e, naquela oportunidade, foi proposto à direção do hospital uma visita técnica e capacitação da Rede Cegonha no intuito de promover melhor atendimento às gestantes bem como garantir o cumprimento dos protocolos estabelecidos pelo programa Rede Cegonha.

Com a concordância do hospital, a Defensoria Pública intermediou referida capacitação, que aconteceu nos dias 29 e 30 de agosto de 2017, gerando um relatório e encaminhamentos à atenção básica e ao hospital.

A partir daí, desenhava-se a atuação do coletivo Mães de Bonito, pautada em três grandes pilares: 1) garantir o acesso à informação para as mulheres por meio das rodas de conversa, 2) intermediar capacitações aos agentes do sistema público de saúde e 3) manter constante diálogo com o Poder Público solucionando as demandas das mulheres de forma extrajudicial.

Seguindo essa linha, no ano de 2018, o coletivo Mães de Bonito continuou a realizar as rodas de gestantes, dessa vez no ESF Jardim Bom Viver, lá permanecendo no primeiro semestre do ano. Na segunda metade de 2018, o coletivo passou a se reunir com as gestantes no ESF Rincão Bonito.

No ano de 2018, foram realizadas no total 14 rodas de conversas com as gestantes, tendo sido abordados os mesmos temas que o ano anterior. No encontro de encerramento, foi feita a mostra do filme Renascimento do Parto 2.

Em 26 de novembro de 2018, o coletivo Mães de Bonito promoveu uma roda de conversa com Ricardo Jones, referência mundial na humanização do parto, evento gratuito e aberto a toda população.

No ano de 2019, o coletivo iniciou os trabalhos no ESF Vila América, tendo realizado no primeiro semestre deste ano 7 rodas de conversas com as gestantes.

Como novidade, o coletivo passou a se reunir também com os servidores do posto de saúde (agentes comunitários, enfermeiros, dentista, auxiliares, médico da família), de forma a buscar o estreitamento do diálogo entre os servidores e o coletivo, entender suas principais dificuldades e estabelecer uma atuação baseada em parceria e apoio ao atendimento de qualidade as gestantes. Para isso o coletivo trabalha o nivelamento de conceitos de forma participativa com os servidores, sempre pautado na parceria e construção coletiva.

No intuito de manter a constante capacitação dos atores envolvidos, a defensora pública Thaís Sagin convidou o NUDEM – Nucleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública para realizar o Workshop *“Protagonismo da Mulher da gestação ao parto – boas práticas, aspectos jurídicos e sociais”*, voltado para os servidores públicos. O projeto é realizado há dois anos na cidade de Campo Grande e tem obtido grande sucesso no enfrentamento à violência obstétrica.

O evento foi realizado em 22 de fevereiro de 2019, com as palestras da defensora pública Thaís Dominato e da assistente social Elaine França e teve a participação de servidores públicos de diversas áreas (saúde, educação e assistência social).

No dia 8 de março de 2019, dia internacional da mulher, o coletivo realizou diversas atividades e suas ativistas se fizeram presentes na escola, em praça pública e na Assembleia Legislativa.

A defensora pública Thaís Sagin participou de rodas de conversa com os alunos da Escola Estadual Luiz da Costa Falcão e com populares na Praça da Liberdade falando sobre a violência obstétrica; a advogada Marla Diniz Brandão realizou palestra na mesma escola e ainda na Escola Estadual Bonifacio Camargo Gomes trazendo para pauta questões de gênero e igualdade; a professora Vania Mugartt e a bióloga Nayara Stacheski acompanharam Conceição Rodrigues até a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul para receber o Troféu Celina Jallad.

Dona Conceição, como é conhecida, é uma parteira tradicional de Bonito, que assistiu mais de 2.000 partos, de forma gratuita e, pela primeira vez, ao cem anos de idade, recebeu reconhecimento a nível estadual pelo seus préstimos à população, graças a intermediação do Mães de Bonito, que fez esta solicitação ao deputado estadual Paulo Correa.

No dia 12 de abril de 2019, a defensora pública Thaís Sagin participou da Conferência Municipal de Saúde, oportunidade em que apresentou o projeto Mães de Bonito, sua forma de atuação e os resultados obtidos até então.

No dia 10 de maio de 2019, o coletivo organizou uma homenagem a Dona Conceição em sua própria casa, convidando os amigos, familiares e população em geral para apresentar o troféu recebido por ela em Campo Grande e reconhecê-la como símbolo de força feminina.

Nos dias 8 e 9 de junho de 2019, a convite da Escola Superior da Defensoria Pública, a defensora pública Thaís Sagin e a enfermeira do hospital Lais Haddad participaram do Encontro Sul Matogrossense de Assistência ao Parto, na cidade de Campo Grande.

O conhecimento obtido em todos estes eventos tem refletido diretamente no atendimento às gestantes e parturientes, proporcionando a elas uma experiência de parto mais positiva.

Por outro lado, os eventos realizados junto à população, para além da educação em direitos e da garantia de acesso à informação, pretende despertar um senso de autoresponsabilização em cada indivíduo e a crença de que, coletivamente, é possível construir melhores condições de vida para todos.

Em dois anos de trabalho, observamos um aumento no número de parto normais em cerca de 10%, bem como o cumprimento integral da Lei do Acompanhante (há relatos de que o hospital não permitia a entrada do acompanhante em cirurgias cesareanas ou pessoa do sexo masculino, o que já não acontece). Também temos acompanhado relatos de parto em que a mulher pôde optar pela posição no momento de parir, não sendo mais obrigada a ficar em posição litotômica, circunstâncias que apontam para uma experiência de parto mais positiva e respeitosa.

Temos convicção de que este pequeno mas importante avanço não é fruto exclusivamente do trabalho do coletivo Mães de Bonito e sim resultado da postura adotada pelas próprias mulheres que, cientes de seus direitos, passam a exigí-los.

Após a experiência obtida pelo coletivo na atuação dentro da temática da gestação e do parto, observou-se a força do trinômio informação-capacitação-diálogo e entendeu-se pela necessidade de estender as discussões para outras áreas da vida pessoal e comunitária.

Atualmente, nas rodas de conversa, as gestantes tem sido convidadas a questionar o *status quo* e sua condição como mulher dentro da família e da sociedade, bem como a desafiar antigas estruturas e relação de poder.

A questão da violência obstétrica passa a ser um ponto de partida para discussões mais amplas, com o objetivo final de chama-las a assumir o protagonismo de suas vidas, em todas as esferas.

O coletivo Mães de Bonito acredita na força feminina como propulsora para construção de uma cidade mais pacífica, afetuosa e igualitária, razão pela qual tem procurado em sua atuação despertar as mulheres para tal força.

A prática desenvolvida pela Defensoria Pública tem como grande diferencial e chave de seu êxito a união e a parceria firme e potente com a sociedade civil.

Problemas complexos como os enfrentados na atuação cotidiana da Defensoria Pública, sobretudo de origem social e cultural, como o perpetuamento das desigualdades sociais, o racismo e o machismo estruturais, a falta de engajamento político, a passividade da população, dentre tantos outros, exigem soluções complexas que somente podem ser obtidas com a participação popular, de forma ativa, organizada, articulada e estratégica.

Dessa forma, acreditamos que a Defensoria Pública se torna mais forte e útil à sociedade quando se une a movimentos sociais ou mesmo, na inexistência destes, quando promove seu surgimento, fortalecendo-os e dando respaldo institucional para que alcancem seus objetivos.

Trata-se de uma forma de atuação que pretende acompanhar o atual contexto histórico, cultural e político, no qual não é mais possível buscar a concretização e efetivação dos direitos humanos de dentro dos gabinetes, em ações judiciais, com os olhos fechados para os mais diversos e complexos cenários que acontecem para além dos muros dos Fóruns.



